

André Emílio Pereira Linck
Rogério Gesta Leal

COMPLIANCE PARTIDÁRIO: PERSPECTIVAS CRÍTICAS

ANÁLISE E SUGESTÕES A NOVOS
MARCOS NORMATIVOS



Copyright© Tirant lo Blanch Brasil

Editor Responsável: Aline Gostinski

Assistente Editorial: Izabela Eid

Capa e diagramação: Jéssica Razia

CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO:

EDUARDO FERRER MAC-GREGOR POISOT

Presidente da Corte Interamericana de direitos humanos. Investigador do Instituto de Investigações Jurídicas da UNAM - México

JUAREZ TAVARES

Catedrático de Direito Penal da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Brasil

LUIS LÓPEZ GUERRA

Ex Magistrado do Tribunal Europeu de direitos humanos. Catedrático de Direito Constitucional da Universidade Carlos III de Madrid - Espanha

OWEN M. FISS

Catedrático Emérito de Teoria de Direito da Universidade de Yale - EUA

TOMÁS S. VIVES ANTÓN

Catedrático de Direito Penal da Universidade de Valência - Espanha

L719 Linck, André Emílio Pereira

Compliance partidário: perspectivas críticas : análise e sugestões a novos marcos normativos / André Emílio Pereira Linck, Rogério Gesta Leal. - 1.ed. - São Paulo : Tirant lo Blanch, 2022.

178 p.

ISBN: 978-65-5908-420-3

1. Direito eleitoral. 2. Corrupção. I. Título.

CDU: 324

Bibliotecária: Elisabete Cândida da Silva CRB-8/6778

DOI: 10.53071/boo-2022-08-15-62fa65e98ecf1

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais.

A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art.184 e §§, Lei nº 10.695, de 01/07/2003), sujeitando-se à busca e apreensão e indenizações diversas (Lei nº9.610/98).



**tirant
lo blanch**

Todos os direitos desta edição reservados à Tirant lo Blanch.

Avenida Brigadeiro Luiz Antonio nº 2909, sala 44.

Bairro Jardim Paulista, São Paulo - SP CEP: 01401-000

Fone: 11 2894 7330 / Email: editora@tirant.com / atendimento@tirant.com

www.tirant.com/br - www.editorial.tirant.com/br/

SUMÁRIO

PREFÁCIO	11
Elaine Harzheim Macedo	
1. INTRODUÇÃO	14
2. AS MÚLTIPLAS FACES DA CORRUPÇÃO	16
2.1 Breves considerações sobre a corrupção	16
2.2 Irradiação da corrupção no âmbito do direito eleitoral.....	32
2.3 Causas de enfraquecimento do sistema partidário.....	47
3. CORRUPÇÃO NO ÂMBITO DO DIREITO ELEITORAL. DIAGNÓSTICOS, CONCEITOS, RESULTADOS DO <i>COMPLIANCE</i> EMPRESARIAL NO BRASIL E CONSIDERAÇÕES PREAMBULARES SOBRE O <i>COMPLIANCE</i> PARTIDÁRIO	63
3.1 Algumas respostas estatais (legislativas e políticas públicas) e paraestatais ao combate à corrupção no âmbito do direito eleitoral e partidário	63
3.2 Os avanços obtidos no Brasil a partir da Lei Anticorrupção (Lei n. 12.846/13), Lei das Estatais (Lei n. 13.303/16) e Lei Geral de Proteção de Dados (Lei n. 13.709/18), através das práticas de <i>compliance</i>	81
3.3 Considerações preambulares ao <i>compliance</i> partidário.....	96
4. REFLEXÕES SOBRE POSSÍVEIS DIFERENÇAS ENTRE <i>COMPLIANCE</i> PARTIDÁRIO X <i>COMPLIANCE</i> ELEITORAL E ANÁLISE DOS PROJETOS DE LEI QUE IMPLEMENTAM A PRÁTICA DO <i>COMPLIANCE</i> NA LEI DOS PARTIDOS POLÍTICOS (LEI N. 9.096/95)	112
4.1 <i>Compliance</i> partidário x <i>compliance</i> eleitoral	112
4.2 Análise e sugestões a novos marcos normativos e a atuação do legislativo	129
4.2.1 Projetos de Lei n. 60/2017 e Projeto de Lei n. 2.086/2018....	130
4.2.2 Projeto de Lei n. 429/2017	136
5. CONCLUSÃO	153
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	167